

Sessão de Clássicos

A Geografia e o Resgate da Geopolíticaⁱ

Bertha Koiffmann Beckerⁱⁱ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Embora o projeto político da Geografia remonte à sua origem, associado à sua prática estratégica, não foi ele desenvolvido no plano teórico. Nem a Geografia Política nem a Geopolítica conseguiram satisfatoriamente explicitar a dimensão política do espaço, o que certamente imobilizou a reflexão da própria Geografia.

Hoje, a questão das relações entre a Geografia e a Geopolítica se insere no contexto de velocidade espantosa de transformação do planeta no segundo pós-guerra e da crise de ciência social, que não consegue dar conta do movimento da sociedade e das novas estruturas de poder nem propor soluções para o futuro. Novas problemáticas têm que ser incorporadas à explicação da crescente globalização e complexidade do mundo na era tecnológica.

A busca de novos paradigmas da ciência e o rompimento das barreiras entre as disciplinas – a transdisciplinaridade – parecem hoje tornar-se uma exigência, e o rompimento de barreira entre a Geografia e a Geopolítica numa perspectiva crítica, integrado à natureza holística e estratégica do espaço, pode representar um passo importante nesse caminho, pois que o poder e o espaço e suas relações são, sem dúvida, problemáticas contemporâneas significativas.

Cada vez mais o controle do espaço é utilizado como forma de alternativa de controle social. O modo pelo qual o espaço é apropriado e gerido e o conhecimento desse processo constituem, ao mesmo tempo, expressão e condição das relações de poder. No caso específico do Brasil, reconverteu-se o espaço brasileiro nas duas últimas décadas sem que a sociedade tenha se apropriado do conhecimento desse processo, dados a sua rapidez e o fechamento da informação pelo governo autoritário. Pensamos hoje uma organização do espaço que não existe mais, e a perda desse saber estratégico constitui perda de poder e empecilho à gestão democrática do território.

Para avançar na recuperação da dimensão política do espaço, contudo, é necessário superar as concepções naturalizadas que têm imobilizado a contribuição maior a essa análise: os determinismos geográfico e econômico.

A Geografia Política, de Ratzel (1897), representou, sem dúvida, um avanço na teorização geográfica do Estado. Ratzel foi dos poucos geógrafos a assumir explicitamente o

ⁱ Artigo anteriormente publicado na Revista Brasileira de Geografia, vol. 50, nº2, número especial, 1988, p.99-125. Agradecemos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - por ter concedido a permissão para republicação do artigo.

ⁱⁱ Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências.

valor estratégico do espaço e da Geografia. Sua obra pode ser considerada como o primeiro momento epistemológico da Geografia (RAFFESTIN, 1980), ainda que, sob influência do contexto histórico marcado pela consolidação e expansão dos Estados-Nação europeus, só, tenha proposto uma concepção unidimensional e naturalizada do político, encarado exclusivamente pelo Estado como um fato dado e fortemente condicionado pelo solo de seu território.

Mas a herança de Ratzel, embora por alguns exacerbada, foi, em geral, negada pelos geógrafos, que, ao recusarem sua concepção determinista, negaram também toda a sua riqueza teórica. Sua herança foi por outro apropriada. A legitimidade científica para a prática estratégica estatal, que crescente e sistematicamente instrumentalizada o espaço (e o tempo) visando objetivos econômicos e de controle social, passou a ser dada por uma nova disciplina, a Geopolítica, criada em 1917 a partir da apropriação justamente do organicismo contido na obra de Ratzel e também das informações descritivas e “apolíticas” produzidas pelos geógrafos. As deformações da Geopolítica nazista afastaram, ainda mais, os geógrafos dessa reflexão teórica, embora muitos, em sua prática, não deixassem de colaborar com o aparelho do Estado no planejamento da guerra e/ou do território.

Permaneceu, assim, a Geografia à margem de todo um conjunto de técnicas e de um saber que instrumentalizam e pesam o espaço a partir da ótica do Estado (e também da grande empresa) – embora com ele colaborando direta ou indiretamente –, o que certamente a esvaziou de seu conteúdo.

Negar, portanto, a prática estratégica, seja a das origens da disciplina, seja a teorizada por Ratzel, seja a da Geopolítica explícita do Estado Maior, ou a implícita na prática dos geógrafos, é negar a própria Geografia, que foi, assim, prejudicada no seu desenvolvimento teórico e na sua função social. E repensar a Geografia envolve necessariamente o desvendar da Geopolítica, sua avaliação crítica e seu resgate, e trazer esse conhecimento para debate na sociedade. Em outras palavras, nesse campo de preocupações, à Geografia caberia a teorização sobre a prática estratégica desenvolvida pela Geopolítica.

Embora essa conscientização se faça sentir na retomada dos estudos de Geografia Política e Geopolítica na década de 1970, inclusive pela criação de um grupo de trabalho sobre “O Mapa Político do Mundo” na União Geográfica Internacional, em 1984, a questão teórica está longe de ser resolvida.

Dentre esses estudos, desenvolvidos com as mais variadas abordagens, e temáticas, destacam-se duas contribuições. A de Lacoste, que privilegia a Geopolítica e o potencial político do espaço; sua proposta, contudo, é mais metodológica do que teórica. A de geógrafos neomarxistas, que, por sua vez, privilegiam a teorização da Geografia Política à luz do materialismo histórico, mas reduzem o Estado e o espaço a meras derivações do econômico; é o determinismo econômico e, mais uma vez, uma concepção naturalizada e unidimensional do poder.

A naturalização do Estado e do espaço pelo determinismo geográfico e a reação extrema a essa postura criam, assim, um impasse para a análise das relações entre o espaço e o político e a sociedade em geral. Ora se considera o espaço como determinante da ação humana e o Estado como única fonte de poder, ora se nega essa determinação substituindo-a pela econômica, mas sem precisar o papel do espaço e do Estado nessas relações (BECKER, 1983). E mais: tal impasse é simplificador do real, na medida em que não abre espaço para a identificação de novas fontes de poder e para a imprevisibilidade dos processos sociais.

A Geopolítica que queremos resgatar é a do reconhecimento sem fetichização da potencialidade política e social do espaço, ou seja, a do saber sobre as relações entre espaço e poder. Poder multidimensional, derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores, relação social presente em todos os níveis espaciais. Espaço, dimensão material, constituinte das relações sociais e, por isso mesmo, sendo, em si, um poder.

A tentativa desse resgate é aqui apresentada em questões que constituem a nossa prática atual de pesquisa, sem a menor pretensão de esgotá-las. Pelo contrário, sabemos que é amplo o escopo de nossa discussão e que nesse procedimento são inevitáveis os desníveis no aprofundamento dos temas tratados; mantivemos, contudo, essa opção com o intuito de explorar interconexões de processos geopolíticos globais e específicos no Brasil. Na primeira parte do trabalho discutimos questões que constituem nossas hipóteses gerais: a impossibilidade de pensar a Geopolítica hoje sem considerar a imbricação da Ciência e Tecnologia com as estruturas sociais do poder e sem considerar as práticas e movimentos sociais atuantes em diferentes escalas. Essas questões são a base para a interpretação do projeto geopolítico do Brasil sob a questão do Estado autoritário, tratado na segunda parte. Finalmente, na terceira parte retomamos as questões iniciais e colocamos novos horizontes, referentes à tendência à gestão privada do espaço.

Questões para a Reconstrução da Geopolítica no Final do Século XX ¹

Resgatar não significa negar, e sim reler criticamente, aceitando o que se considera uma contribuição e descartando o que se considera inaceitável. A postura metodológica aqui adotada para tal releitura é a que privilegia a construção do objeto de estudo, e não a do objeto em si. A Geopolítica não está dada – ela é construída hoje, no atual período histórico, pelo trabalho humano tanto material quanto intelectual e, assim produzida, tem movimento e abertura para o indeterminado, que é essencialmente político. Trata-se, portanto, de reconstruir o processo de sua produção material e intelectual no final do século XX, detectando as forças que nele atuam.

A herança ideológica da Geopolítica corresponde a hipóteses geoestratégicas sobre o poder mundial que seguem dois princípios básicos: são concentradas no Estado-Nação e atribuem o poder à Geografia concreta dos lugares.

Centrar as hipóteses no Estado-Nação é tratá-lo como a unidade exclusiva de poder mundial. O mundo é visto segundo a perspectiva de um Estado – na verdade, as potências que disputam o poder no cenário internacional – que constitui o ponto de referência para a ordenação dos demais; tais modelos são expressões de sentimentos nacionais, mas também um instrumento que visa informar a opinião pública a influir na política externa dos países. Atribuir o poder à configuração das terras e mares e ao contexto dos territórios, por sua vez, é seguir o princípio do determinismo geográfico e omitir a responsabilidade humana na tomada de decisão política, inclusive a dos Estados, que, na verdade, moldam a geografia de seus territórios.

Certamente o Estado não é a única unidade de poder, embora seja uma delas. E, certamente, o poder não é determinado pela configuração das terras e mares e pela geografia dos lugares, e sim por motivações e decisões humanas e pelas relações sociais.

No entanto, o poder está longe de ser explicado pela ciência; é ainda um enigma. Relação social difusa, teia presente na sociedade inteira e no espaço inteiro, o poder deriva de múltiplas fontes, e o espaço tem, sem dúvida, uma potencialidade política e social que cumpre ser resgatada. O espaço sempre foi fonte de recursos e meio de vida. Contemporaneamente, sua potencialidade reside, também, no fato de ser condição para a reprodução generalizada – como dimensão concreta, constituinte das relações sócias; ele é produtor e reproduzidor das relações de produção e da dominação. Daí o controle crescente do espaço como forma de controle social.

É, portanto, no contexto da instrumentalização do espaço – e do tempo –, bem como do reconhecimento de sua potencialidade, que se pode resgatar a dimensão política da Geografia contida no projeto original e posteriormente renegada.

O que se desvenda sob a cortina de fumaça do discurso do “destino geográfico manifesto” da Geopolítica é que: a) na essência da relação do poder hegemônico com o espaço jazem imperativos estratégicos; b) estes estão intimamente associados ao Estado, forma histórica de organização da sociedade; c) por sua vez, traduzem a relação histórica do Estado não só com o poder econômico, mas com a guerra – externa e interna, de controle social – e com o poder político-ideológico. É bem verdade que a religião é também, historicamente, um poder, embora não possa aqui ser tratada devido a limitações de nosso próprio conhecimento.

Se tais revelações, com toda sua crueza, são realidades incontestáveis que devem ser desvendadas e trazidas para o debate na sociedade, torna-se necessário referenciá-las a pelo menos duas questões, fontes de poder, que neste final do século XX tendem a reconverter a economia, a guerra, o Estado e o próprio espaço: a questão tecnológica e a questão territorial.

A questão tecnológica é a questão crucial e o enigma de nosso tempo. A Geopolítica torna-se incompreensível sem a consideração da moldagem do planeta pelo vetor científico-tecnológico moderno. Como se imbrica ele com as estruturas globais do poder? Como afeta a natureza e o destino do Estado? E como as estratégias espaciais são instrumento e condição das novas relações de poder? Por um lado, o domínio da tecnologia pelas corporações econômico-financeiras transnacionais põe em cheque o poder do Estado; por outro lado, ela revive a questão nacional relacionada à guerra, na medida em que há evidência da emergência de uma ordem mundial militarizada vinculada à decisão de gastos governamentais, dos Estados-Nação, com considerações estratégicas próprias não como atores isolados e, sim, como partes de um sistema interdependente de Estados-Nação. Em outras palavras, o padrão global de produção não é moldado apenas pelas focas de acumulação, mas é codeterminado por uma máquina de guerra mundial que movimenta a tecnologia. Enquanto a produção capitalista dá origem a um imperativo de acumulação, o sistema de Estados-Nação dá origem a um imperativo de sobrevivência nacional. Paradoxalmente, um espaço de fluxos, de vetores, calcado na comunicação e na velocidade acelerada, tende a superar o espaço dos lugares, as fronteiras e os Estados. As sociedades territorialmente localizadas perdem autonomia em face dos atores da escala mundial que agem segundo uma lógica global em grande parte por elas ignorada e não controlada, em unidades que por seu tamanho e transnacionalidade permanecem acima das pressões sociais e controles políticos, e cujas comunicações e

decisões se pautam em informações e instruções recebidas segundo a posição de cada local na rede de trocas, e não segundo valores sociais e culturais das localidades.

Uma nova dialética se estabelece entre o espaço de fluxos gerenciais, do poder, e o espaço do significado histórico, da experiência, que tende à dissolução.

No entanto, a sociedade e o espaço não são apenas expressão de processos econômicos e tecnológicos, que, na verdade, são resultado de decisões políticas e estratégias organizacionais. As tendências de reestruturação técnico-econômicas do espaço de fluxos devem ser confrontadas com projetos alternativos vindos da sociedade, do espaço territorial.

A questão territorial, por esta razão, é hoje, igualmente, chave, porque abre a perspectiva da multidimensionalidade do poder referente à prática espacial estratégica de todos os atores sociais e em todos os níveis, escapando da concepção totalitária de um poder unidimensional seja do Estado, do capital ou da máquina de guerra. Por esta razão, abre também espaço para a imprevisibilidade derivada de particularidades do corpo social que correspondem a processos em curso em que todas as escalas, inclusive local e regional, por vezes contraditórias aos processos dominantes na escala nacional e mundial, mas neles atuam. Simultaneamente à transnacionalização, os Estados, com suas especificidades, continuam a ser atores políticos e econômicos, e o Estado-Nação, uma unidade válida de análise, atestando uma dimensão territorial de contradições na dinâmica mundial; por sua vez, vias regionais de formação de crise se intensificam e se estendem à frente de conflitos dos movimentos reivindicatórios organizados em base local. As práticas espaciais revelam a potencialidade de diferentes atores e configuram os contextos sociais e conflitos localizados como poderes locais específicos. Resta saber: terão esses contextos localizados condição de concretizar a multidimensionalidade do poder? Em que medida o controle do território pode favorecer essa concretização?

É no âmbito dessas questões que se coloca a reconstrução da Geopolítica Contemporânea.

Tecnologia e Estratégias de Controle do Espaço-Tempo na Escala Global

A Tecnologia Espacial do Poder do Estado

O Estado sempre se vinculou ao espaço por uma relação complexa que, no curso de sua gênese, mudou e atravessou pontos críticos. Momentos cruciais nessa relação foram: a produção de um espaço físico, o território nacional, que tem a cidade como centro; produção de um espaço social, político, conjunto de instituições hierárquicas, leis e convenções sustentadas por “valores”, onde há um mínimo de consenso, que é próprio do Estado.

O primeiro momento nessa relação foi magistralmente analisado por Ratzel. Particularmente em sua Geografia Política, de 1897, subintitulada a “Geografia dos Estados, no Comércio e da Guerra”, Ratzel propõe o significado da Geografia Política e dá ao Estado sua significação espacial. Torna-o visível geograficamente, teorizando justamente a relação do Estado com o seu território, preocupado que estava em responder ao empenho do aparelho de Estado alemão na sua consolidação e expansão.

Duas atribuições maiores merecem ser regatadas em sua obra:

1 – A Geografia Política como base de uma tecnologia espacial do poder do Estado. A Geografia Política deveria ser um instrumento para os dirigentes que, em contrapartida, aprenderiam a instrumentalizá-la. Ela explica que, para compreender a natureza de um império, é necessário passar pela escola do espaço, isto é, de como tomar o terreno (KO-RINMAN, 1987). Daí a importância atribuída à Geoestratégia e à concepção da situação geográfica como um dispositivo militar para o geógrafo que analisa o comércio e as relações em geral, a economia, sempre configurada espacialmente, é a guerra; dos fatos do espaço são sempre singulares, cada qual situado na interseção de processos diversos, onde precisamente devem atuar as estratégias.

2 – A busca de leis gerais sobre a relação Estado-espaço. A busca de leis gerais reside na ligação estreita do Estado com o solo, considerado a única base material da unidade do Estado, uma vez que sua população, via de regra, apresenta-se diversificada. Assim, politicamente, a importância absoluta ou relativa do Estado é estabelecida segundo o valor dos espaços povoados.

Como uma forma de vida ligada a uma fração determinada da superfície da Terra, o Estado tem como propriedades mais importantes o tamanho do seu espaço (raum), a sua situação de posição (lage) em relação ao exterior – conceitos-chaves da Geografia – e as fronteiras.

Se o desenvolvimento do Estado é um fato do espaço, Ratzel admite que seu laço com o solo não é o mesmo em todos os estágios da evolução histórica; em sete leis do crescimento do Estado, estabelece que o crescimento deste depende de condições econômicas e da incorporação de novos espaços, e é tarefa do Estado assegurar a proteção de seu espaço através da política territorial.

A concepção organicista de Ratzel não se restringe a comparar o Estado a um ser vivo. Ela reside na naturalização do Estado, entendido como única realidade representativa do político, única fonte de poder. Todas as categorias de análise procedem de um só conceito; Estado e nação se confundem em um só ator, o Estado indiviso, como algo natural, preestabelecido, não se concebendo conflitos a não ser entre Estados (BECKER, 1983).

Isso não elimina sua contribuição básica sobre a tecnologia espacial do poder e sobre a relação Estado-espaço naquele período histórico. Um segundo momento crucial na relação Estado-espaço se configura no segundo pós-guerra, não previsto por Ratzel.

A instrumentalização do espaço como meio de controle social está também associada à consolidação dos Estados-Nação no século XIX como o capitalismo industrial, quando o Estado muda de feição, passando a um Estado de governo. Crescimento populacional, Economia Política e dispositivos de segurança são o tripé em que se apoia a nova forma de poder, a governamentalidade. Associada a essa mudança, desenvolve-se a disciplina necessária à ação com o coletivo. E disciplina é, sobretudo, uma análise do espaço de como dispor as coisas de modo conveniente de forma a controlá-las para alcançar os objetivos desejados (FOUCAULT, 1979). Esse processo culmina no segundo pós-guerra.

A partir de então uma profunda mudança de rumo se processa no desenvolvimento histórico do capitalismo, que passa a se reproduzir não mais apenas nas relações econômicas, mas, sim, também nas relações sociais de produção, vale dizer na sociedade inteira e no espaço inteiro. O valor estratégico do espaço não se resume mais aos recursos e posições geográficas. Ele se torna condição da reprodução generalizada e, como tal, o espaço do poder. A partir de então, o Estado se torna necessário para assegurar as condições de reprodução das relações de dominação, para tanto instrumentalizando o espaço e produzindo seu próprio espaço, o espaço estatal (LEFEBVRE, 1978).

Dois elementos essenciais para a relação Estado-espaço se revelam nesse novo momento:

O Estado como relação social. A partir da produção do território nacional, o Estado transforma suas próprias condições históricas anteriores engendrando relações sociais no espaço e produzindo seu próprio espaço, complexo, regulador e ordenador do território nacional. Trata-se da organização da hegemonia ou do poder, no sentido gramsciano de Estado *latu sensu*, e não do aparelho de Estado apenas.

A nova tecnologia espacial do poder estatal. O espaço produzido e gerido pelo Estado é um espaço racional. É um espaço social, no sentido de que é o conjunto de ligações, conexões, comunicações, redes e circuitos. É também um espaço político, com características próprias e metas específicas. Ao caos das relações entre indivíduos, grupos, facções de classes, o Estado tende a impor uma racionalidade, a sua. São os recursos, as técnicas e a capacidade conceitual que permitem ao Estado tratar o espaço em grande escala. Ele tende a controlar os fluxos e estoques econômicos e produz uma malha de duplo controle, técnico e político, que impõe uma ordem espacial vinculada a uma prática e a uma concepção de espaço global, racional, logística, de interesses gerais, estratégicos, representadas pela tecnoestrutura estatal, contraditória à prática e concepção de espaço local de interesses privados e objetivos particulares dos agentes da produção do espaço. Cria, assim, um espaço global/fragmentado, global porque homogeneizado, facilitando a interagilidade dos lugares e dos momentos; fragmentado porque apropriado em parcelas.

Alta Tecnologia, Estratégias Planetárias das Corporações e Nova Forma do Estado

Certamente um novo momento crucial do Estado hoje se configura, não previsto na discussão anterior.

Para muitos autores, estaríamos vivenciando, com as crises de 1966-67 e 1973-75, a fase de estagnação econômica do quarto ciclo de Kondratieff.² Ao que parece, contudo, essas crises foram rapidamente superadas, e vivemos um quinto período de expansão do capitalismo, “global”, caracterizado por um capital de alta mobilidade, livre de fronteiras políticas num mundo financeiramente interdependente, que altera a forma do Estado.

Dois processos inter-relacionados impulsionaram essas transformações: a revolução tecnológica espacialmente na microeletrônica e na comunicação e a crise/reestruturação do capitalismo e da economia mundial.

A revolução tecnológica é um processo de mudança tecnológica caracterizado por uma nova forma de produção baseada na informação e no conhecimento como as maiores

fontes de produtividade. Esse processo específico de produção, baseado na inovação permanente, é identificado como Alta Tecnologia (CASTELLS, 1985) e não constitui apenas uma nova técnica de produção, mas sim uma nova forma de produção e, portanto, de organização social que ocorre no contexto da reestruturação do sistema econômico.

Vive-se, portanto, uma fase atual não mais apenas de crise generalizada, mas também de implementação da política econômica para a reorganização das bases do modelo de acumulação, um novo modelo econômico forjado nos EUA e na Europa, e imposto aos países periféricos pelas exigências do Fundo Monetário Internacional – FMI para refinanciamento do pagamento das suas dívidas.

A essência do novo modelo pode ser identificada por algumas tendências associadas ao vetor científico-tecnológico moderno que correspondem a uma nova estrutura de poder e novas estratégias espaciais, ainda que elas se manifestem como feições variadas como parte de um processo desigual e combinado:

1 – A crescente internacionalização da economia capitalista e a tendência mais global, conduzida pelas corporações multinacionais. Não se trata mais apenas de sua extensão planetária e de um mercado unificado, mas, sim, de total interdependência das economias nacionais ao nível do capital, do trabalho e do processo produtivo, e da emergência de uma nova divisão internacional do trabalho em que nações e países deixam de ser as unidades econômicas de nova realidade histórica.

2 – As estratégias planetárias. Tal internacionalização é assegurada por um crescimento interativo entre elementos dissociados de conjuntos de escala planetária controláveis por meio da comunicação. A escala planetária de atuação é possível pela redefinição da relação capital-trabalho decorrente do aumento da produtividade com grande redução dos custos do trabalho pela automação pela segmentação da produção. O desenvolvimento tecnológico da produção e do transporte e a estandarização de processos produtivos tornam a corporação independente do seu ambiente imediato, permitindo-lhe tirar partido da diversidade do espaço e combinar recursos em escala planetária. Fica, assim, facilitada a divisão espacial do trabalho, dissociando-se espacialmente as operações e a produção de algo nível, que exigem trabalho altamente qualificado e se localizam em áreas limitadas – as “cidades mundiais” – das operações de rotina, que utilizando trabalho não qualificado podem se estabelecer em variada gama de localidades, em construções gigantescas, cuja justaposição à vida local implica profundas clivagens ambientais e sociais.

3 – A nova forma do Estado. O fortalecimento do poder das corporações representa a perda de poder pelo Estado, na medida em que os países deixam de ser unidades econômicas de realidade histórica e o Estado perde o controle sobre o conjunto do processo produtivo, fato agravado nos Estados subdesenvolvidos pela dívida externa. Sob condições de menor autonomia do Estado, amplia-se sobremaneira a fragmentação do espaço nacional pela apropriação e gestão privada de grandes parcelas que, vinculadas a um espaço transnacional, são relativamente autônomas (BECKER, 1983, 1984, 1987).

Por outro lado, se os Estados deixam de ser as unidades econômicas da nova realidade histórica, eles se mantêm como unidades políticas, condicionando as reestruturação

econômica, que tende a ser modelada pela acentuação da tendência histórica-política da preparação para a guerra.

Devido à implicação política de se reposicionar numa economia mundial crescentemente internacionalizada e estruturada pela alta tecnologia, os governos nacionais não podem se limitar ao seu papel tradicional. Os estados entram na arena de reestruturação econômica como uma preocupação de competição, procurando recuperar a iniciativa que perderam para o setor privado, usando seus recursos e sua influência como atores políticos nacionais e atores econômicos internacionais, inclusive através da formação de blocos econômicos.

O intervencionismo econômico do Estado se acentua, mas ele muda de forma e contexto: se no período de crescimento econômico provia investimentos de capital e de bem-estar social, favorecendo a acumulação, mas também a redistribuição, hoje, em face da inflação, das dívidas e da crise fiscal, atua no sentido da acumulação seletiva e do reforço militar, base da nova política industrial nacional.

A expansão da Alta Tecnologia é, pois, uma consequência direta da militarização da economia, embora esta, na verdade, não seja resultado da Alta Tecnologia: a reestruturação do Estado precede e determina a reestruturação da economia.

Cronopolítica: Velocidade, Máquina de Guerra Mundial e o Estado de Segurança Nacional

O desenvolvimento científico-tecnológico retoma e acentua de forma impiedosa a relação histórica do Estado com a guerra e com o espaço.

A guerra é um fenômeno básico da organização social e do espaço desde que o Estado se constituiu na antiguidade. Ele desenvolveu, então, a guerra como uma organização, uma economia territorial. Na guerra antiga, a defesa consistia em retardar. Daí a importância da Geopolítica, isso é, de dispor o espaço geográfico convenientemente, de organizar a população de um território, de criar cidades fortificadas. A origem da sedentariedade urbana pode estar associada não ao mercantilismo, mas à guerra ou à sua preparação, à defesa, enquanto organização de um espaço. Foram a muralha, o baluarte, a fortaleza que instituíram a cidade permanente, o comércio surgindo somente após a chegada da guerra ao lugar. Daí a validade da contribuição de Lacoste ao desvendar que a Geografia “serve antes de tudo para fazer a guerra” (1976).

Após a Segunda Guerra mundial, não é mais a batalha, mas sim a logística, i.e., a preparação contínua dos meios para a guerra permanente, que tende a reorganizar o planeta, a dissolver o espaço, o político e o pensamento social (VIRILIO, 1984).

A partir daí a questão se deslocou: não é mais uma questão de Geopolítica, e sim de Cronopolítica, do poder da velocidade acelerada e do controle do espaço-tempo; Com a aceleração da velocidade, não se trata mais da Geografia como mensuração do espaço. Desde o segundo pós-guerra entramos numa outra análise do espaço, a do espaço-tempo: a Geografia do tempo, do dia, da velocidade, e não mais do dia meteorológico.

O poder da velocidade acelerada alterou a guerra, correspondendo ao triunfo da logística, uma nova fase de inteligência militar em que se distinguem três fases. A primeira é a tática, que remonta as sociedades de caça; a tática é a arte de caça. A segunda

é a da estratégia, que aparece junto com a política – política no sentido de polis – a cidade grega –, com o estrategista que governa a cidade, a organização de um teatro de operações com muralhas e todo o sistema político-militar da cidade tradicional. A tática continua, mas a estratégia tem supremacia, o que explica também o desenvolvimento das elites militares, particularmente dos cavaleiros. Nos anos 70 do século passado surge a economia de guerra que culmina com a bomba nuclear da Segunda Guerra, a surpresa científica para o próprio Estado, reveladora de uma poderosa preparação de meios por um grupo do Estado. A partir daí, é o triunfo da logística sobre a estratégia, logística entendida como procedimento pelo qual o potencial de uma nação é transferido para suas forças armadas, tanto em tempo de paz como de guerra, e que se pode expressar num fluxograma de um sistema de vetores de produção, transporte e execução.

Desenvolve-se, assim, um fenômeno de guerra ligado à possibilidade de usar a arma final e à sua preparação logística, que tende a reconverter o planeta na medida em que:

1 – O triunfo da logística é o triunfo da “classe militar” e da velocidade da expedição. Classe militar não no sentido de uma casta, mas de uma lógica militar difusa; a essência da guerra domina a tecnologia, a ciência, a sociedade, o político e inclusive os próprios militares, que também estão desaparecendo na tecnologia e na automação da máquina de guerra, espécie de inteligência desenfreada, sem limites.

A questão da guerra se resume à questão da velocidade, de sua organização e produção; é o domínio da lógica da corrida. A máquina de guerra não são apenas explosivos, e nela não é o poder destrutivo da arma o que mais conta, e sim os vetores, os veículos de velocidade e de destruição absoluta e imediata. O que mais conta é a velocidade, que, continuamente desenvolvida, conduz à automação e à instantaneidade da destruição. Este é o lado negativo da tecnologia: ditar sua própria lei, superando os homens.

2 – O triunfo da logística sobre a estratégia é o triunfo da Cronopolítica sobre a Geopolítica. A tecnologia é uma fábrica de concentração do tempo e do espaço, permitindo hoje pensar não só na instantaneidade como na ubiquidade.

A contração da distância tornou-se uma realidade estratégica de consequências econômicas e políticas incalculáveis, pois que corresponde à negação do espaço. O valor estratégico do não lugar da velocidade supera o valor estratégico do lugar, e a questão da posse do tempo renova a questão da apropriação do território. Entendida a estratégia como a escolha de pontos para a aplicação de força, esses pontos hoje não são mais apenas de apoio geoestratégico: a localização geográfica perde o valor estratégico em favor da deslocalização do vetor em movimento perene.

É a ditadura do movimento e a contestação do lugar. E o efeito negativo da velocidade e da guerra permanente não se restringe à destruição do espaço-tempo das sociedades, da territorialidade, e esta é uma questão final deste século.

3 – O triunfo da logística e da contração do tempo e do espaço marca o fim do político, da guerra clássica e do Estado-Nação, relacionado ao desaparecimento da territorialidade. Tende-se a um Estado militar, universal. Se a guerra é permanente, a política perde sua função clássica de negociação de conflitos, exercida quando tinha o tempo e o espaço a

seu lado. É o fim de uma concepção política fundamentada no tempo para reflexão e na inserção de leis na formação de uma região, uma nação, uma cidade.

Simultaneamente, configura-se a sociedade de segurança nacional. O advento da logística acarreta o não desenvolvimento da sociedade no sentido do consumo civil em todos os países, e não só nos subdesenvolvidos. O não crescimento da sociedade caminha com o crescimento do Estado militar a-nacional. Sob a estratégia de dissuasão, as instituições militares não lutam mais entre si, tendem a lutar com as suas sociedades civis; de um lado, para exigir fundos necessários ao desenvolvimento infinito de seus armamentos, e de outro, para controlar a sociedade.

A ascensão dos militares na América do Sul e na África não seria, portanto, um arcaísmo, e sim a prefiguração do que está destinado às sociedades ocidentais. Ali se constituem os laboratórios da sociedade futura. Além disso, a ascensão dos militares ao poder ocorre em nome de ideologias indiferentemente reacionárias ou socialistas. O que domina no sistema mundial não é mais a ideologia, mas a ordem militar, não importa se socialista ou capitalista, pois que não se trata mais ordem política (VIRILIO, 1984).

Poder Multidimensional e Prática Espacial: Uma Proposta sobre o Significado Estratégico do Território

A hipercentralização do poder nas multinacionais e na classe militar, associada ao domínio do vetor científico-tecnológico moderno e a uma nova escala e um novo ritmo de instrumentalização do espaço e do tempo, tende a retirar das sociedades a capacidade de autorregulação.

No entanto, outros movimentos se configuram, relacionados à organização e resistência sociais em todas as escalas de análise, não contemplados nas questões que focalizam a macrofísica do poder, dominante na escala global.

Em contrapartida, a tamanha reconversão do espaço e os movimentos reivindicatórios para uso do espaço tornam-se um fenômeno mundial; não se resumem às reivindicações por trabalho, mas sim também pelo espaço inteiro, pela vida cotidiana. No cerne desses movimentos está um conflito agudo pelo espaço e, no espaço, a oposição entre o espaço que se tornou valor de troca e o espaço que permanece valor de uso, de usos múltiplos do espaço vivido pela população. E, nesse contexto, a questão territorial começa a se colocar para cada um e para todos; coletividades, vilas, regiões, nações (LEFEBVRE, 1978).

A Geopolítica do Estado-Nação da corporação econômica e/ou militar esconde os conflitos existentes em todos os níveis relacionais e constitui um fator de ordem privilegiando o concebido em relação ao vivido. No entanto, o Estado e o capital não são entidades, e sim relações sociais multidimensionais de poder em todos os níveis, que se impõem para superar o determinismo da concepção unidimensional do poder e a dicotomia concebido/vivido (RAFFESTIN, 1980; BECKER, 1983). E no momento em que se privilegiam as relações multidimensionais do poder, privilegia-se a prática espacial e o território, não mais apenas do Estado-Nação, mas dos diferentes atores sociais.

Regatando as questões acima, levando em consideração a multidimensionalidade do poder e com base em nossa própria prática de pesquisa, é possível propor hipóteses

sobre o significado estratégico do território e de seu controle, bem como sobre as escalas em que este atua.

Territorialidade e Gestão do Território

Considerando necessário reconhecer modos e intensidades diversos da prática estratégica espacial, distinguimos territorialidade e gestão do território, duas faces, conflitivas de um só processo de reorganização política do espaço contemporâneo (BECKER, 1988a).

1. Significado da Territorialidade.

- a. O território é o espaço da prática. Por um lado, é um produto da prática espacial: inclui a apropriação de um espaço, implica a noção de limite – um componente de qualquer prática –, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado, é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizando como meio para sua prática (RAFFESTIN, 1980);
- b. A territorialidade humana é uma relação com o espaço que tenta afetar, influenciar ou controlar ações através do reforço do controle sobre uma área geográfica específica, i.e., o território (SACK, 1986). É a face vivida do poder;
- c. A territorialidade manifesta-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. Ela se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, i.e., numa identidade de base territorial (BRODEUIL e OSTRO-WESKY, 1979); e
- d. A malha territorial vivida é uma manifestação das relações de poder, da oposição do local ao universal, dos conflitos entre a malha concreta e a malha abstrata, concebida e imposta pelos poderes hegemônicos.

2. Significado da Gestão do Território.

- a. Gestão é um conceito associado à modernidade: é a prática estratégica científico-tecnológica que dirige, no tempo, a coerência de múltiplas decisões e ações para atingir uma finalidade;
- b. A gestão é eminentemente estratégica: segue um princípio de finalidade econômica – expressa em múltiplas finalidades específicas – e um princípio de realidade, das relações de poder, i.e., de absorção de conflitos, necessários à consecução de suas finalidades; envolve não só a formulação das grandes manobras – o cálculo das forças presentes e a concentração de esforços em pontos selecionados – como dos instrumentos – tática e técnicas – para execução;
- c. A gestão é científico-tecnológica: para articular coerentemente múltiplas decisões e ações necessárias para alcançar as finalidades específicas e dispor as coisas de modo conveniente, instrumentalizou o saber de direção política, de governo, desenvolvendo-se, hoje, como uma ciência;

- d. Como estratégia cientificamente formulada e tecnicamente praticada, a gestão é um conceito que integra elementos de administração de empresas e elementos governamentais (Foucault, 1979);
- e. A gestão tende a se identificar com a logística, no sentido da poderosa preparação de meios e da velocidade de sua atuação, referente esta não só à rapidez como à projeção para o futuro; e
- f. A gestão do território é a prática estratégica científico-tecnológica do poder no espaço-tempo.

As Escalas de Análise – Uma Proposta

A macrofísica do poder – o Estado, a corporação multinacional, a ordem militar – dominou os processos da escala global, planetária, e não atua apenas nela, mas em todas. Por seu turno, não pode ser isolada de processos ocorrentes nas demais escalas. A escala geográfica como princípio de organização é um princípio integrador, focalizando os vários processos em curso de forma integrada, bem como a forma como se manifestam em diferentes ordens de grandeza.

Lacoste, partindo do princípio de que cada fenômeno tem a sua escala adequada de análise, e com o intuito de evitar a subjetividade e a arbitrariedade na demarcação de partes de espaço por vezes fetichizadas, como foi o caso da região e do Estado por muito tempo vistos como únicas escalas de análise, propõe que as escalas sejam estabelecidas segundo ordens de grandeza medidas em quilômetros.

Considerando, contudo, que é necessária uma base teórica para definir e articular as escalas, e segundo a discussão anteriormente efetuada, propomos que as ordens de grandeza sejam definidas por níveis significativos de territorialidade e/ou gestão do território, áreas políticas, expressões de uma prática espacial coletiva fundamentada na convergência de interesses, ainda que conflitiva e momentânea, e cuja articulação com os demais níveis se faz através de conflitos e de sua superação, i.e., através das relações de poder. Segundo essa proposição, aberta às imprevisibilidades do corpo social, é possível, hoje, distinguir as seguintes escalas:

1. O espaço cósmico. Corresponde à produção de uma escala extraplanetária pela máquina de guerra mundial, as corporações multinacionais e alguns Estados, no caso do escudo celeste, somente os EUA e a URSS. Trata-se de uma nova fronteira do ecúmeno, científico-tecnológica, povoada por satélites e naves espaciais. Laboratório avançado movido pela logística, é também um posto avançado de gestão do planeta Terra que tende a se constituir como um território no espaço cósmico.
2. O espaço global. Corresponde ao espaço planetário unificado contemporaneamente pelas estratégias conjuntas, embora não isentas de conflitos, da economia mundial, da máquina de guerra e do sistema interdependente de Estados-Nação. Movimentos sociais de origem local e regional têm crescentemente atuado nessa escala, como é o caso dos movimentos ecológico e pacifista e do renascimento do regionalismo europeu, respectivamente.
3. O Estado-Nação. Os Estados-Nação não são meros instrumentos manipulados pela cumulação do capital e a guerra; são também seus produtores e gestores e expressam

processos em cursos nas escalas intraEstado, o que lhes confere um grau de autonomia relativa manifesto em projetos e políticas nacionais distintos e lhes atribui validade como escala de análise. A ideologia não se resume a uma visão distorcida imposta por interesses de um só grupo social; é um sistema particular de representações sobre o mundo capaz de dirigir o comportamento dos homens numa situação, sistema de representações que, forjado em condições históricas e culturais diversas, é componente fundamental na atitude política diferenciada dos Estados-Nação.

4. A região. A região é fruto da prática dos detentores do poder e da prática social coletiva. Corresponde a um nível de agregação das comunidades locais no interior do Estado-Nação que têm em comum diferenças de base econômica, política e cultural em relação às demais, capazes de gerar uma identidade da população com seus territórios. Esta manifesta numa finalidade social e política própria que determina contradições e modos específicos de relacionamento com o poder hegemônico.
5. O lugar. Corresponde à escala local, do espaço vivido das atividades da vida cotidiana, do uso do espaço – da família, da casa, do trabalho, do consumo, do lazer. A escala local é submetida às determinações de todas as demais e nela são mais visíveis as práticas estratégicas dos diferentes atores e mais materiais dos conflitos. Aí também os movimentos de resistência popular têm origem.

Como princípio organizador de análise geopolítica, as escalas geográficas, entendidas como arenas políticas dinâmicas e articuladas, permitem quebrar compartimentações fossilizadas do espaço. E não se trata apenas do Estado e da região. Trata-se também, por exemplo, da visão obsoleta do Terceiro Mundo. Projetos nacionais distintos alteraram a divisão internacional do trabalho, tais como os da URSS e da China, através da via socialista, e do Japão, que tende hoje a uma economia dominante no cenário internacional. Os países “semiperiféricos” ou “de industrialização recente”, como Brasil, México, Coreia, Cingapura, não são mais meros exportadores de produtos primários e importadores de bens manufaturados dos países centrais, representando uma alteração na divisão internacional do trabalho e o fim de um “Terceiro Mundo” calcado na pretensa homogeneidade de países periféricos. É claro que a pobreza não foi eliminada nesses países, mas há que se reconhecer que a dissolução do “Terceiro Mundo” é em grande parte decorrente de metas nacionais que têm o Estado como ator, e a manutenção desse conceito, hoje, serve a interesses ideológicos perversos.

O Projeto Geopolítico da Modernidade no Brasil. A Gestão do Estado Centralizador

A Geopolítica do Brasil deve ser compreendida, historicamente, a partir da constituição do Estado nacional após a Independência e do seu papel essencial e crescente na formação de um país-continente cuja organização econômica, social e política foi forjada sob o domínio colonial.

A insuficiência da iniciativa privada nacional, de uma classe burguesa *stricto sensu* – devido à fraca disponibilidade de capital e de potência empresarial ou à falta de interesse –, a ideologia nacionalista, que coloca, a independência política no cerne da identidade

nacional, e a motivações políticas e estratégicas quanto à unificação do território e da estrutura do poder em face dos interesses agrários regionais são alguns dos elementos que explicam a presença marcante do Estado brasileiro, que não pode ser reduzido a mero instrumento ou reflexo do capital privado (BECKER, 1986).

É a esse papel crescente do Estado na conformação da sociedade e do espaço nacional que se vincula a Geopolítica brasileira, e não ao “destino manifesto” de grande potência determinado por sua geografia, tal como fazem supor obras e gerais que justificam a forma autoritária de atuação estatal. Isto não significa que os militares não tenham um papel importante na constituição do próprio Estado e da sua Geopolítica, inicialmente na construção do espaço físico do Estado, o Território Nacional, e, recentemente, construindo o espaço político.

A constituição das Forças Armadas – FA foi parte ativa e integrante da história recente do país, particularmente na Proclamação da República. Atuando na conquista, defesa e ratificação das fronteiras e na sustentação da unidade territorial interna, em resposta aos diferentes interesses e pressões regionais, as Forças Armadas imperiais articularam-se profissionalmente. Parte da oficialidade média do Exército integra-se à nascente classe média urbana na luta pela valorização do trabalho não manual e pela conquista de um espaço no aparelho de Estado, rompendo com os critérios de recrutamento calcados em relações de favor.

Foi essa classe média que promoveu e dirigiu a transformação do Estado brasileiro, e os militares tiveram papel central nesse movimento, que não mudou a natureza de classe do Estado, mas sim sua forma, na medida em que se abre a membros de outras classes sociais (SAES, 1985). A modernização conservadora parece constituir-se, então, como um traço característico da transformação do Estado e da sociedade brasileiros.

Nesse processo, desenvolveu-se na corporação militar uma autopercepção de fundador da Nação, do Estado moderno e da ordem nacional que justifica e autolegitima a sua intervenção política relativamente autônoma em relação a qualquer governo ou circunstância institucional.

Na medida em que se configuram problemas não só de relações exteriores, mas de desenvolvimento na escala nacional, acentua-se o papel do Estado e dos militares. O nacionalismo torna-se um importante fator de expansão do Estado, e o nível de intervenção estatal é uma condição fundamental no processo de constituição do Estado. Processo que decorre do cruzamento da ideologia – condiciona a atitude e a doutrina nacionalista do governo – e da economia, isto é, da pressão da realidade, e que resulta no paradoxo de uma ideologia liberal, expressa ao nível de discurso, e uma prática de intervencionismo estatal. Processo em que a constituição do Estado precede a constituição da Nação (Becker, 1986).

Não é, portanto, de admirar que a Geopolítica brasileira remonte às décadas iniciais do século XX, precedendo o estabelecimento da Geografia como disciplina acadêmica, com os estudos pioneiros de Everardo Backheuser (1926), fortemente influenciado por Ratzel e as teorias orgânicas do Estado de Kjellen, e de Delgado de Carvalho (1929), pelo contrário, influenciado pela escola francesa de Vidal de la Blache.

O nacionalismo com intervenção estatal e a modernização se firmam com a nova crise mundial de 1929 e o Estado Novo de Getúlio Vargas, quando o Estado se apropria de meios de produção essenciais ao desenvolvimento nacional – energia, minas,

transporte, parte da siderurgia e do crédito – e implanta a indústria de base – a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, com apoio do capital estrangeiro.

Paralelamente, multiplicam-se os estudos de Geopolítica nas décadas de 1930 e 1940, desenvolvidos principalmente por professores de colégios militares, destacando-se, dentre eles, Mário Travassos, com a sua “Projeção Continental do Brasil”. O tema central desses trabalhos era uma nova interpretação geopolítica da história brasileira, focalizando a marcha para o oeste do Estado, desde sua origem na costa atlântica, e enfatizando a necessidade de o Brasil continuar sua projeção para o oeste, especialmente ao longo de dois eixos, um em direção à Bolívia e o outro à Amazônia. A expansão política para o ocidente do século XIX (Acre) deveria ser seguida de ocupação efetiva e integração espacial, revitalizando as “fronteiras mortas” e tornando-as “vivas”. Esse desenvolvimento interno era associado à ascensão de grandeza continental para o país, o que era visto pelos Estados vizinhos como ameaça e expansionismo.

Mesmo após a institucionalização dos cursos de Geografia nas universidades e da fundação do IBGE na década de 1930, foi muito reduzida a interação entre as tradições geográfica e geopolítica no Brasil. Os geógrafos, embora atuando fortemente no planejamento nacional, na década de 1940 e início de 1950, reagiam contra a “pseudociência” Geopolítica. Os geopolíticos, embora repudiando o determinismo da tradição geopolítica alemã – para tanto adotando enfaticamente os pontos de vista possibilistas de Vidal de la Blache –, na verdade, não deixaram de ter uma visão orgânica do Estado e suas fronteiras (HEPPLE, 1986).

A partir da Segunda Guerra Mundial, período marcado pela imbricação da Ciência e Tecnologia, com as estruturas sociais do poder, e pelo planejamento, constitui-se no Brasil um novo padrão de inserção na ordem política planetária. Se o papel político e a relativa autonomia da burocracia estatal, particularmente dos militares, foram uma constante na história recente do país, eles se alteram qualitativamente, manifestando-se num projeto geopolítico para a modernidade do Brasil.

Modernidade que não diz respeito apenas à modernização, mas ao domínio da racionalidade em todos os setores e no pensamento social. Projeto que não se refere apenas à Geopolítica, nem a uma única coordenada sistematização, mas a vários projetos que emanam de diferentes segmentos sociais, ressaltando, no caso do projeto geopolítico, o projetos distintos entre as FA, mas que terminam por convergir num projeto governamental gerido por militares.

Nesse contexto, o Estado assume um papel cada vez mais abrangente, pois que se entende que só ele poderá, através de um planejamento racional, acelerar o ritmo de desenvolvimento, permitindo ao país ingressar na nova era. E a partir de então a atuação do Estado não se reduzirá à conquista e defesa do território, e nem a uma atuação setorial e pontual; ela passa à produção do seu espaço político, sendo assim sistemática e com vistas a todos os setores de atividade e a todo o espaço nacional.

Vários estudos analisam o significado do pensamento militar no regime autoritário, com posições discordantes. Para Stepan (1973), o pensamento militar se desloca do “velho profissionalismo”, preocupado com a defesa do território e, grosso modo, politicamente neutro, para um “novo profissionalismo”, preocupado com a segurança e o desenvolvimento interno e mais diretamente político. Na verdade, a questão vai além dessa discussão – as Forças Armadas deixam de ser uma “burocracia em armas” para

passarem a ser os planejadores e gestores armados de um projeto científico-tecnológico nacional (BECKER e BARTHOLO Jr., 1987).

Expressando o novo projeto em gestação e nele visando influir na Escola Superior de Guerra, estabelecida em 1949 com o apoio dos EUA, segundo moldes da Escola Nacional de Guerra americana e do Instituto Francês de Altos Estudos da Defesa Nacional (daí apelidarem-na de “Sorbonne”), o pensamento militar se concretiza na formulação e na aplicação prática da Doutrina de Segurança Nacional – DSN, planejamento estratégico previsto com técnica a ser utilizada inicialmente no campo da Política de Segurança Nacional, mas cujo aprendizado deveria ser estendido aos demais setores da atividade no país.

É na obra do General Golbery do Couto e Silva (1955, 1967 e 1981) que se encontraram mais explícitas as bases doutrinárias do projeto geopolítico da modernidade no Brasil, desenvolvidas pelo General Carlos de Meira Mattos na década de 1970 (1975, 1977, 1980). Iniciado antes do golpe militar de 1964 que pôs em prática sistematicamente, o projeto assume novas feições a partir dos anos 1970, quando, em face da tensões internas e da prioridade de produção de tecnologia, o governo é transferido para os civis através de transição política, e os militares passam a participar diretamente na implantação de um complexo científico-tecnológico-industrial, em que o setor bélico é parte expressiva.

Como base da estratégia e da prática do novo papel dirigente do Estado, a Geopolítica brasileira se altera consideravelmente. Sem abandonar as preocupações tradicionais de integração do Território Nacional, e sem abandonar os princípios gerais da Geopolítica, o General Couto e Silva amplia o seu escopo em vários pontos e gera um pensamento geopolítico nacional: uma visão global, e não mais apenas continental, é agora o quadro de referência para o Brasil; uma visão ampliada da Geopolítica em termos de preocupação com teorias realista sobre a natureza do Estado e o papel da política e do poder, em torno do tema central do conceito de Segurança Nacional; este, relacionado ao desenvolvimento, é entendido não mais apenas no sentido restrito militar ou econômico, mas num sentido político muito mais amplo e num sentido técnico, de planificação e racionalidade: uma preocupação não mais apenas com relações externas do Estado, mas com a segurança interna: enfim, uma preocupação com a especificidade do papel do Estado nos países subdesenvolvidos e, no Brasil, país entendido como um dos bastiões-chave dos valores ocidentais.

Trata-se indiscutivelmente de um pensamento nacional para o crescimento de um Estado subdesenvolvido, o Brasil, segundo o modelo econômico vigente nos países capitalista. É de se notar a antecedência com que foram captadas feições da Geopolítica contemporânea: a questão do tempo acelerado para superar o subdesenvolvimento, as questões tecnológicas da gestão, da logística – guerra permanente, contida nos conceitos de Poder Nacional, e no novo significado da Estratégia –, dos conflitos internos. São de se notar, também, as ambiguidades contidas nesse pensamento – a necessidade de um planejamento democrático e, ao mesmo tempo, a necessidade de restrições à cidadania e ao bem-estar social e a total exclusão da participação social no projeto.

Esse pensamento e sua prática são sumariados a seguir.

Fundamentos Doutrinários do Projeto Geopolítico da Modernidade no Brasil

Uma Visão Global e Planificada – O Mundo sob Guerra Ideológica e Tecnológica

A essência modernizante do projeto repousa na visão de uma nova fase histórica que se caracteriza por uma perspectiva de universalização decorrente da interação acelerada e da extensão do fenômeno, antes bem limitado, da guerra – guerra fria e guerra interna –, real ou potencial, global e permanente, altamente mecanizada e técnica, que impõe um estado de alarmante gravidade ao planeta.

A chave para interpretar a projeção do mundo que nasce, segundo o General Golbery, é o conflito ideológico, que se manifesta na definição das atribuições e responsabilidades do Estado. Sob duas concepções antagônicas, de um lado, o liberalismo otimista, a negação do planejamento estatal e, no extremo oposto, a ditadura, a tirania do planejamento do Estado, reside uma idêntica compreensão de que nesse mundo complexo, para se alcançar quaisquer objetivos de monta é preciso atuar em larga frente, em ações coordenadas nos vários campos abertos à nossa possibilidade de interferência. O único pensamento compatível com a sociedade moderna é, portanto, para ele, o pensamento planificado, exercendo-se numa posição estratégica em meio a uma estrutura multidimensional de fatos. E, para escapar ao dilema ideológico, é necessário formular em termos precisos um planejamento democrático, síntese dessa oposição dialética, que abre uma nova era para a história da humanidade.

Uma visão Pragmática: os Estados como as Unidade de Poder. Poder Nacional e Guerra

Os Estados foram e continuam a ser realidades indiscutíveis, cada um deles agindo como unidade de poder no cenário internacional, ainda que outras forças atuem – organizações financeiras, econômicas, instituições religiosas. Portanto, será na avaliação realista do Poder Nacional que se fundamentará a Estratégia nesta era de guerra total.

O Poder é a lei única conhecida ou respeitada pelas Nações. E, por sua própria essência, o poder é indefinidamente expansivo, só se detendo em face de um poder mais forte.

Mas o poder é atual e deve ser distinguido do potencial, que é poder futuro. O poder, em última instância, é o poder de fazer a guerra, porque é a guerra, ou sua ameaça, que decide afinal as questões realmente vitais entre Estados conflitantes, e porque é na Guerra que a Nação realiza o esforço máximo de que é capaz. “O Poder Nacional resulta, assim, da integração de todas as forças nacionais, de todos os recursos físicos e humanos de que dispõe cada nação, de toda sua capacidade espiritual e material, da totalidade de meios econômicos, psicossociais e militares que possa reunir para a luta.”

O fortalecimento do potencial nacional para transformá-lo em poder efetivo é, portanto, meta básica para a segurança dos Estados.

A Segurança Nacional, o Imperativo do Planejamento Estratégico Governamental e as Restrições aos Direitos de Cidadania

Se o fortalecimento do potencial nacional nesse mundo controlado é essencial à Política de Segurança Nacional, “aquela que visa salvaguardar a consecução de objetivos vitais permanentes (objetivos políticos) na Nação contra quaisquer antagonismos tanto externos como internos, de modo a evitar a guerra se possível for e compreendê-la, caso necessário, com as maiores probabilidades de êxito”; e se o planejamento é fundamental em todos os setores, nesse campo prioritário para a nação que é a Segurança Nacional, cabe ao governo a responsabilidade total e, pois, o direito incontestável de agir, orientando, mobilizando, coordenando para esse fim todas as atividades nacionais.

A ampliação da esfera das atribuições do Poder Executivo e as restrições aos direitos de cidadania na forma prevista nos textos constitucionais são corolários necessários de toda situação de gravidade para a Segurança Nacional, tal como o estado de emergência atual.

O planejamento da Segurança Nacional é, pois, um imperativo da hora que passa e justifica quaisquer sacrifícios. Num mundo adverso, em que se universaliza o fator segurança, amplia-se a área de Estratégia a ponto de quase absorver em si mesma todas as atividades nacionais, confundindo-se a Estratégia de uma nação com a Política de Segurança Nacional.

O Papel do Estado nos Países Subdesenvolvidos – O Tempo como Fator Crucial e os Sacrifícios Necessários para o Desenvolvimento

O progresso da técnica e da industrialização acelerada rompe a compartimentação espacial e torna os países fortes mais fortes e os fracos mais fracos. Para países subdesenvolvidos ou em etapa ainda nitidamente retardada de desenvolvimento, como o Brasil, não seria possível, segundo o General Golbery, desencadear tão almejado processo auto-acelerador do desenvolvimento sem recorrer a um planejamento racional sob a égide do Estado que coordene, dentro de rigorosa prioridade na aplicação de recursos escassos, tanto as atividades de caráter econômico como político, social e de defesa do país.

Nesses países, a maior vulnerabilidade reside na fraca acumulação de poder efetivo de que podem dispor, limitadas suas potencialidades estratégicas, principalmente pelos fatores estruturais ou conjunturais, tanto endógenos como exógenos, que lhes têm tolhido o ritmo ascensional indispensável para que atinjam a maturidade do pleno desenvolvimento. O planejamento de Segurança Nacional e sua execução nesses países terão, portanto, de se concentrar na aceleração desse ritmo de crescimento econômico.

O planejamento orientado somente para o bem-estar e a justiça social poderia destinar para esses setores maiores investimentos, sem atribuir recursos para inversões de caráter estratégico-militar. Mas as necessidades de Segurança Nacional se identificam com as do bem-estar, exigindo, num país como o nosso, sobretudo a ampliação de infraestrutura econômica, a redução dos pontos de estrangulamento de nossa economia tão desordenadamente envolvida e a atenuação dos grandes desequilíbrios existentes entre seus diversos setores básicos.

A luta para sobreviver exige a maximização do crescimento econômico, e essa exigência de rápido crescimento impõe sacrifícios ao povo.

No entanto, o exercício do planejamento, num campo em que a intervenção estatal se justifica plenamente, demonstrará que o planejamento é de fato o único método de conduzir com eficiência a política de uma nação, o caminho único para a libertação do empirismo e do regime de improvisações dispendiosas e muitas vezes desonestas. A política de Segurança Nacional será “uma verdadeira escola da técnica a aplicar mais tarde quando entrarmos confiantes e resolutos na era da planificação geral, racionalizando por fim as atividades do Estado e coordenando sabiamente, sem quebra dos princípios democráticos, as iniciativas públicas e privadas”... “Mais uma vez a guerra, por si mesma ou pela perspectiva de sua ocorrência, determinará a apuração decisiva de uma técnica nova, para progresso da humanidade”.

A Geopolítica do Brasil: a Barganha Leal e a Integração Nacional

A Geopolítica estabelece proposições de política espacial. Ela não pretende substituir a Estratégia; apenas lhe oferece sugestões e alertas para serem avaliadas com combinação com outras advindas de pontos de vista distintos. Mas a Geopolítica só é válida se, como a Estratégia, souber assentar-se em Objetivos Permanentes. Tal a pedra de toque da verdadeira Geopolítica que, se admite princípios gerais, é antes de tudo uma *Geopolítica Nacional*.

Geopolítica nacional, mas elaborada a partir da inserção do Brasil no mundo da guerra fria, que impõe a aliança com o centro de poder dominante do mundo ocidental em nome de um eventual conflito com o bloco soviético e de conter a expansão comunista.

É nesta ambiguidade que se move a Geopolítica do General Golbery, expressa na barganha leal. Em troca da lealdade ao mundo ocidental e ao seu comando, o Brasil teria o apoio deste para se constituir como centro regional de poder no Atlântico Sul. No momento em que os Estados Unidos rompem seu tradicional isolacionismo e se projetam na Europa e na Ásia, e em que sua doutrina de domínio e intervenção no continente americano é substituída por uma segurança coletiva, o Brasil, por sua posição geopolítica no Atlântico Sul e seu imenso território – cujos trunfos são a posição estratégica do promontório nordestino e da embocadura amazônica e os recursos minerais –, pode negociar uma aliança bilateral que lhe assegure, por um lado, os recursos para concorrer na segurança do Atlântico Sul e, por outro, o reconhecimento da sua real estatura nesta parte do Oceano Atlântico, onde, além dele, só contam a União Sul Africana (com graves problemas) e a Argentina.

No que tange à Geopolítica interna, propõe ele a aceleração da integração do território. O grande Planalto Central tem poderosa ação unificadora, e só a Hileia escapa ao seu papel vinculador. O problema que o país apresenta é a concentração do ecúmeno de faixa costeira, em apenas um terço do território, exigindo a incorporação da vastidão inexplorada através de um planejamento cuidadoso de longo prazo e de recursos vultosos para eliminar o perigoso vácuo de poder.

O núcleo central do Brasil, seu verdadeiro coração demográfico e econômico, situa-se em torno do triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte, de Santos ao sul do Vale do Rio

Doce, balizado pelos vales do Paranapanema, do Paraná e do Paranaíba até as cabeceiras do Jequitinhonha. Desse núcleo partem três grandes penínsulas que se projetam para o nordeste, para o sul e para o noroeste, apenas ligadas por precários istmos de circulação e, mais distantes, inteiramente isoladas, a ilha amazônica.

A grande manobra geopolítica para integração e segurança do território implica concentrar esforços no tempo e no espaço: 1) equipar e reforçar a base ecumênica, articulando-a solidamente de norte a sul; 2) impulsionar o avanço da onda colonizadora para o noroeste a partir do núcleo central, que é a plataforma para penetração e conquista do interior, integrando e equipando o centro-oeste para ser a base avançada da incorporação da Hileia amazônica ou de ações contra um eventual avanço de imperialismo platino; 3) incorporar a Amazônia partindo do centro-oeste em ação coordenada com expansão leste-oeste, seguindo o eixo do rio.

A Estratégia e a Prática do Estado para a Implementação do Projeto

As premissas do projeto geopolítico da modernidade brasileira não são determinadas pela Geografia no país nem se resumem à apropriação física do território. Elas são a justificativa para a consolidação política e o papel dirigente do Estado em todos os setores da atividade e do território, ou seja, para a produção do espaço estatal. Para tanto, o domínio da tecnologia e a instrumentalização do espaço constituem-se condições fundamentais.

Cumprir lembrar que o projeto da modernidade não é exclusivamente geopolítico, nem de um ator apenas, sendo esses recortes que aqui desejamos ressaltar.

Se o projeto geopolítico da modernidade é posto em prática sobretudo a partir do golpe militar de 1964, sob condições autoritárias, ele é gestado e iniciado em pleno regime liberal do pós-guerra, bem demonstrando ser expressão do movimento da sociedade brasileira e não apenas fruto do pensamento geopolítico militar autoritário. O que não significa que os militares não tiveram papel fundamental e crescente na sua formulação bem como na sua implementação e gestão.

Não se trata aqui, portanto, de apontar múltiplas dimensões da ação estatal, já objeto de análise de numerosos e importantes estudos que focalizam, entre outras questões, a modernização do aparato governamental mediante as reformas administrativa e institucional, que geram renda para o governo e multiplicam as agências governamentais; as políticas econômicas que configuram o modelo do tripé – associação do capital estatal, transacional e privado – e estimulam a indústria e o complexo agroindustrial; as políticas territoriais, gerais, regionais e urbanas. Tampouco se deseja focalizar o papel do Estado como financiador e empresário da modernização.

O que se deseja aqui ressaltar é o caráter técnico tanto da gestão estatal como do espaço produzido, i.e., desvendar a importância que assumiu o domínio do vetor científico-tecnológico moderno no projeto geopolítico nacional.

Três momentos podem ser identificados no projeto geopolítico. É ainda no final da década de 1940 que se inicia tanto a sua prática quanto a sua formulação doutrinária. No entanto, tratavam-se de iniciativas não articuladas; até o início da década de 1960, a filosofia de substituição de importações era o motor da industrialização, que agregou

mais mão de obra e energia do que engenharia e concepções, continuando o país a importar tecnologia.

Os marcos principais da priorização da ciência e tecnologia como fatores de aceleração do desenvolvimento e da segurança nacionais sob a direção do Estado situam-se na segunda metade da década de 1960, com o governo autoritário. O domínio do vetor científico-tecnológico moderno torna-se, então, condição de continuidade acelerada do crescimento econômico, como da modernização da direção governamental, que, cada vez mais abrangente, complexa e técnica, assume verdadeiramente o caráter de gestão. Configura-se a ação do governo para P&D (pesquisa e desenvolvimento experimental) em termos de planejamento e incentivos.³

A intencionalidade do projeto geopolítico transparece, então, numa lógica que não segue necessariamente a econômica. A autonomia tecnológica de um país subdesenvolvido passa a ser buscada através de uma ideologia nacionalista, base da articulação entre Estado, empresa e o sistema científico-tecnológico, que permite ao mesmo tempo: a) estabelecer uma ação conjunta de longo prazo, eventualmente contrariando pressões imediatas de mercado; b) respeitar a propriedade dos meios de produção e c) legitimar a atuação do Estado frente ao resto da sociedade (ERBER, s.d.)

Finalmente, na década de 1970, amplia-se a ação direta do governo para a P&D, em termo não só de planejamento e incentivo à empresa estatal e privada, mas de execução, esboçando-se a tendência à política de substituição das importações de tecnologia.

A estratégia espacial para implantação do projeto da modernidade concentra esforços em três espaços-tempo, com práticas específicas: 1 – a implantação da fronteira tecnológica, no núcleo central do país, referente à criação e articulação direta da pesquisa científico-tecnológica aos interesses governamentais.

A fronteira tecnológica é a base territorial do projeto da modernidade implantando no coração do país, particularmente no eixo Rio-São Paulo, ainda em fins da década de 1940. Marco essencial dessa implantação, revelador do papel dos militares como gestores do projeto geopolítico da modernidade, é o Centro Técnico da Aeronáutica – CTA, em São José dos Campos, criado em face da conscientização da aeronáutica como força estratégica – inclusive para a integração territorial –, como base de desenvolvimento tecnológico e fonte de divisa. Como o objetivo de captação de recursos humanos a longo prazo, com o financiamento a fundo perdido, para responder diretamente aos interesses governamentais antes mesmo da existência de uma indústria aeronáutica no país, ele bem evidencia um projeto geopolítico do Ministério da Aeronáutica (criado em 1941). Para tanto se previu a articulação ensino-pesquisa-indústria. As obras do ITA foram iniciadas em 1947, e seu funcionamento, em 1950; os institutos e departamentos de pesquisa foram sucessivamente implantados; em 1964 se institucionaliza o grupo de estudos de projetos espaciais, e em 1969 é criada a empresa de economia mista EMBRAER, gestada no Departamento de Aeronaves. Em 1971 altera-se sua denominação para Centro Técnico Aeroespacial, contando, para essa mudança de escopo, com o apoio do INPE.

Se o CTA corresponde a um modelo de execução integrada do ensino, P&D e indústria, outros marcos expressivos, na época, são criados no Rio de Janeiro: a Escola Superior de Guerra (1949), base da formulação estratégica do projeto; o CNPq (1951), visando à formação de recursos humanos e presidido por um almirante; o BNDE (1952), garantindo o financiamento para o desenvolvimento tecnológico.

A partir de 1964, e particularmente na década de 1970, torna-se mais evidente a prática do Estado para o desenvolvimento científico-tecnológico que, grosso modo, corresponde a medidas para a articulação da Ciência e Tecnologia aos Planos Nacionais de Desenvolvimento, articulação que transparece na criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em 1972; criação de fundos especiais para a pesquisa, tanto universitária como de empresas públicas e privadas; incentivo à articulação entre centros de pesquisa e empresa privada; execução integrada direta da produção de tecnologia por empresa estatais e/ou FA, incluindo P&D e, eventualmente, o próprio ensino.

Os Institutos de Pesquisas Governamentais e a P&D das empresa estatais e das FA nos setores de exploração mineral, energia, siderurgia, telecomunicações, aeroespacial, e mais recentemente na produção de armamentos, tornam-se um elemento-chave no projeto da modernidade. A eles se associam centros universitários como Campinas, São Carlos, USP, UFRJ, para configurar um novo coração tecnológico, no núcleo central do país, balizado pela produção bélica, eletrônica, mecânica de precisão, química fina e pelos centros de Ciência e Tecnologia a ela associados. O novo coração não se resume a uma plataforma para a conquista física do interior e, sim, para a produção do espaço racional do poder estatal, um novo espaço de fluxos, acionados pelo vetor científico-tecnológico moderno.

Cabe ressaltar o Vale do Paraíba paulista como embrião territorial do projeto, a partir da implementação do CTA, em São José dos Campos. Sua implantação no local deveu-se não apenas à disponibilidade de terras amplas e baratas, mas a uma posição vantajosa – a facilidade de comunicação MP espaço de fluxos, a proximidade da indústria paulista, dos centros de comando militar no Rio de Janeiro e, sobretudo, de focos de mão de obra especializada, formada na CSN, em Volta Redonda, nas indústrias de São Paulo e do Vale, nas fábricas e escolas militares e nas universidades regionais e locais. Em contrapartida, o CTA teve um papel fundamental na expansão da fronteira tecnológica nacional, criando um novo espaço de fluxos que tem rebatimento territorial no coração do país e no próprio Vale do Paraíba. O modelo integrado, ensino-pesquisa-indústria, teve pleno sucesso no sentido de se constituir como centro de produção de tecnologia nacional de formação de mão de obra especializada, de criar um verdadeiro complexo aeroespacial à sua volta e de atrair a implantação de novas empresa e estimular a reconversão de outra. Sua articulação com a indústria não se fez, portanto, apenas com a EMBRAER, mas com outras empresas. Segundo Dagnino (1983), muitas delas são de propriedade de/ou geridas por ex-alunos do ITA. Essas empresas, desenvolvendo também P&D, passam a integrar o sistema científico-tecnológico moderno.

É forçoso reconhecer que, na década de 1970, parte do desenvolvimento científico-tecnológico passou a se associar à produção bélica, setor em que o Brasil, em dez anos (fins de 1960 a fins de 1970), passa de importador a quinto exportador mundial (DAGNINO, 1983). É assim que, no Vale, localizam-se novas empresas, como a AVIBRÁS e a ÓRBITA, quase que totalmente voltadas para a produção bélica; é assim que a IMBEL se reativa para a produção de armamentos e explosivos, que novas empresa se implantam a esta articuladas e outras reconvertem parte de sua produção civil para a industrial-militar, das quais o exemplo mais flagrante é a ENGESA.

Não se trata, contudo, de um complexo industrial-militar em termo de estreita articulação interna; trata-se, sim, de um complexo aeroespacial e de uma revitalização do Vale e suas proximidades, em que a indústria de armamentos, associada ao vetor científico-tecnológico moderno, tem papel significativo.

A Rápida Integração Física, Econômica e Política do Conjunto do Território Nacional

A integração do Território Nacional, a partir da fronteira tecnológica, corresponde a uma ação rápida e combinada para, simultaneamente, completar a apropriação física do território – incorporando o centro-oeste e a ilha amazônica –, unificar, modernizar e expandir a economia nacional e estender o controle do Estado por todas as atividades e todos os lugares, ainda que sob um processo de transnacionalização crescente.

Uma nova tecnologia espacial do poder estatal se desenvolve. Trata-se da imposição no espaço nacional de uma poderosa malha de duplo controle, técnico e político – correspondente aos programas e projetos governamentais e de empresas públicas e privadas –, a que chamamos de “malha programada” ou “projetada”. Ela se concretiza principalmente: a) na extensão de todos os tipos de redes – viária, urbana, de comunicação, de informação, institucional, bancária, etc.; e b) na criação de novos territórios superopostos à divisão político-administrativa vigente, geridos por instituições estatais ou diretamente pelo governo central e desprovidos dos instrumentos político-institucionais que garantem a representatividade da população. A autonomia da gestão estatal e das empresas é tanto maior quanto menor for o grau de organização alcançado pela população local. Em alguns casos, os territórios das empresas tornam-se enclaves autônomos, verdadeiros Estados dentro dos Estados.

Tal instrumentalização do espaço pelo Estado visou à remoção de obstáculos materiais à expansão capitalista moderna, bem como à remoção de obstáculos ideológicos à centralização do poder. Sob o discurso nacionalista, acelerou a circulação geral e criou condições para eliminar as “penínsulas” demográficas, econômicas e políticas. Incorporando tendências já existentes e impondo novas, o planejamento estratégico envolveu o conjunto do Território Nacional e atuou em várias escalas. Criando novas unidades políticas, induziu a uma nova regionalização, rompendo o espaço anterior à produção de um novo.

O Plano de Metas é a primeira expressão da malha programa. Elaborado em meados da década de 1950, é o primeiro plano racional e global para o território, constituindo um marco para a modernização da economia e a centralização do poder, com grande participação do capital estrangeiro. A temática geopolítica da “marcha Oeste”, dominante nas décadas anteriores, é substituída por outras, sugestivas no novo momento: “energia e transporte”, “cinquenta anos em cinco”. A extensão de redes básicas de integração territorial quebra as barreiras geográficas de mercados regionais isolados, permitindo a unificação do mercado nacional e a afirmação do Estado. A criação da SUDENE, em 1959, e de Brasília, em 1960 – estrategicamente situada no Planalto Central –, revela a nova escala e o novo significado da gestão do Estado.

A partir do golpe militar de 1964 acelera-se e se amplia a intervenção centralizadora do Estado. Institucionalizam-se as superintendências regionais, ato político que visa neutralizar as

oligarquias regionais através de novos pactos e organizar as bases para a nova apropriação do espaço. No início dos anos 1970, a implementação do planejamento é feita por várias instituições, órgãos e empresas estatais. O Programa de Integração Nacional (1970) constitui uma das mais evidentes manifestações e também um instrumento da geopolítica governamental, visando à integração da ilha amazônica a partir não só do centro-oeste como do nordeste, como previsto. Paralelamente a filosofia indutora do crescimento substitui a assistencial, dominante em períodos anteriores, e o MINTER passa a uma nova estratégia, atuando numa nova escala, não mais macrorregional, e sim sub-regional, concentrando esforços em pontos selecionados para a atuação do Estado e da empresa por suas vantagens comparativas em relação a prioridades nacionais – é a política de Polos de Desenvolvimento (Becker 1988b).

A malha do MITNER é apenas uma parte da malha imposta pelo Estado. A malha urbana, programada igualmente ao nível nacional, e os polos industriais também foram componentes-chaves na estratégia espacial do governo, rompendo a organização econômica, social e espacial preexistente.

É sobretudo na Amazônia que o conjunto de intervenções estatais e os componentes da malha técnico-política se tornam mais patentes. Espaço não plenamente estruturado e por isso dotado de elevado potencial político, a Amazônia é uma fronteira, tanto em termos territoriais como econômicos e políticos, e sua integração, para eliminar o vácuo de poder, se constitui em uma questão de segurança nacional – externa e interna –, cumprindo promover sua rápida ocupação e crescimento econômico sob forte esquema de segurança. O processo de integração regional, ainda que já espontaneamente existente, passa a ser totalmente dirigido pelo Estado, sendo aí possível observar *pari passu* a estratégia espacial por ele adotada, a SUDAM, as redes de integração regional, os subsídios à apropriação da terra e os polos seletivos de desenvolvimento.

Nos anos 1980, a política espacial para a Amazônia expressa a nova geopolítica das corporações transnacionais e configura uma nova fronteira para o século XXI. A estratégia espacial do Estado caracteriza-se por uma seletividade numa nova escala e numa apropriação do espaço efetuada em conjunto pelo governo central e pela empresa, pública ou privada. A marca mais veemente da nova estratégia, simbolizada pelo Programa Grande Carajás – PGC, é a implantação de grandes projetos de exploração mineral, inclusive por empresa estatais, que são extensões locais do espaço transnacional.

O papel do estado se amplia, para ser compatível com a nova escala de mobilização de recursos prevista: a) institucionaliza uma nova esfera de poder em 1980 (o Conselho Interministerial do PGC, junto à SEPLAN), diretamente vinculada ao novo governo central; b) cria um novo território (90 milhões de ha) superposto a parte dos territórios do Pará, Goiás e Maranhão; c) implanta a infraestrutura básica para a produção do espaço transnacional: o sistema viário logístico global e um novo tipo de rede, a hidrelétrica, que produz o insumo básico para a produção da alumina e do alumínio.

A Conquista de um Espaço Internacional. Em Conjunto, Eles Correspondem à Produção do Espaço Político do Estado de Segurança Nacional

A conquista de espaço internacional corresponde à expansão da área de influência do Brasil no exterior. Como decorrência da implantação da fronteira tecnológica, da

expansão econômica e política, o Brasil não apenas se afirma como potência regional do Atlântico Sul; ele se torna o oitavo PNB do mundo e produz seu espaço transnacional.

Na produção de um espaço extranacional, ressaltam três atores.

- a. o aparelho de Estado, através das negociações bilaterais ou multilaterais, que, por sua vez, abrem caminho para a atuação de empresas públicas e privadas. A intensificação das relações com a América Latina, com os países de língua portuguesa e com a Nigéria, na África, e a composição de cunho político com um “Terceiro Mundo” parecem comprovar a política de barganha leal;
- b. as empresas estatais que, em seu processo de expansão tecnológica e econômica, se transnacionalizam, como é o caso da PETROBRAS e da EMBRAER, e a tendência da CVRD e da ELETROBRAS nesse sentido; e
- c. a corporação militar associada à empresa privada (e pública), que alarga a atuação do Brasil pela venda de armas, particularmente para o mundo árabe.

Contradições do Projeto

O projeto geopolítico da modernidade não é, portanto, de forma alguma uma ficção, e seus efeitos na homogeneização tecnológica da sociedade e do espaço nacionais não podem ser menosprezados. Essa homogeneização, contudo, tampouco é de forma alguma absoluta ou total. Não apenas porque foi desigualmente imposta, mas porque a realidade não se desenvolve conforme o plano.

Programas e projetos governamentais induzem e aceleram a modernização econômica, espacial e do próprio aparelho do Estado. Novos atores sociais entram em cena, alterando o conteúdo da sociedade nacional – forma-se a tecnoburocracia e a classe média nas cidades, subsidia-se a formação de empresários rurais e, em menor escala, de produtores capitalizados médios e pequenos; um verdadeiro *substratum* de população móvel é formado a através de políticas explícitas e implícitas, para atender à imposição de uma nova ordem espacial, que estimula a formação de polos de investimento na escala nacional, unificando-se o mercado de trabalho nacional à custa da desterritorialização de pequenos produtores rurais, de seu fracionamento social e forte impacto na cultura regional. Expande-se a fronteira e intensifica-se sobremaneira o processo de urbanização e metropolização. Todo o crescimento, contudo, se fez sem distribuição da renda e deixando pelo menos um terço da população brasileira à margem dos benefícios por ele trazidos.

Mas a malha programada não se impõe no vazio, e sim sobre uma malha sociopolítica viva, em contínua transformação, correspondente às sociedades locais diferenciadas. O aparelho do Estado atua incorporando e tentando assumir a direção de tendências de transformação já existentes, contendo-as ou as induzindo mediante formas diferenciadas de articulação (como cooptação ou substituição de elites regionais, mobilização ideológica, intervenção direta etc.). Há um reconhecimento da realidade e, através do planejamento, se fortalecem seletivamente atores e espaços.

Em que pese a força da instrumentalização do espaço pelo aparelho governamental, a reconversão do espaço e da sociedade resultou na interação, e dos conflitos entre as

duas malhas, a “programada” e a “sociopolítica”. Os efeitos perversos dessas formas combinadas e por vezes contraditórias de apropriação do espaço se convertem em crises regionais e/ou locais, cujos sintomas são movimentos sociais de caráter e intensidades variados (BECKER, 1988b), tanto mais violentos quanto maior a intervenção governamental e da empresa.

Esse é, pois, um dos efeitos não previstos e que põe em choque o projeto geopolítico da modernidade, mas não o único. Outras contradições são inerentes à forma autoritária com que foi implementado. Forma em que cresce o Estado, mas não a Nação. Forma que inclui a repressão à centralização da decisão e da informação, à exclusão de grande parcela da população da modernidade imposta, às formas violentas de reapropriação do espaço e que resultam na crise do projeto e do próprio Estado. É possível sistematizar algumas delas, mais relacionadas à questão espacial:

1. A resistência social e a questão da territorialidade. Na base dos movimentos sociais está a mobilidade intensa da força de trabalho, induzida a se deslocar para atender aos novos polos de investimento. Tal mobilidade significa a dissolução da territorialidade. No campo, a expropriação gera um conflito pela perda do território e se manifesta na luta pelo acesso à terra; na cidade, o conflito se refere à necessidade de criar um território, manifestando-se nas reivindicações por acesso a trabalho e moradia (BECKER, 1983). Em ambos os casos, estratégias territoriais se desenvolvem, revelando um certo nível de conscientização do poder territorial. Cria-se uma nova linguagem, do espaço social vivido.
2. A crise política e regional. Se os movimentos sociais são manifestações de aprendizado político da população, eles derivam, também, da própria centralização do poder, que, destruindo ou cooptando as hegemonias regionais, transfere o conflito para o nível local. Porque é nesse nível que a desigualdade econômica e social se acentua, e porque a supressão dos partidos políticos e das hegemonias regionais suprimiu um escalão de negociações. Os grupos dominados, que só têm acesso à escala local, perdem um fórum para estabelecer compromisso e canais de expressão, manifestando-se fora dos quadros políticos, institucionais, diretamente de sua base territorial vivida contra o Estado.
3. A crise econômica relacionada ao modelo nacionalista/transnacionalizado. O projeto nacional da modernidade foi viabilizado como forte recurso do capital transnacional, seja através de investimento direto, seja de financiamento. O fortalecimento das corporações transnacionais e dos órgãos internacionais de financiamento, contudo, representa um poder contraditório ao Estado, implicando a perda de sua soberania econômica e de seu poder de decisão política. A dívida externa acumulada é um instrumento de pressão não só econômica como política; em face da estratégia global das corporações, o Estado perde poder quanto à decisão locacional das empresas e à coordenação das atividades econômicas, na medida em que os projetos empresariais são parte, apenas, de conjuntos planetários, cuja gestão é crescentemente autônoma.
4. A crise da irracionalidade do próprio Estado, decorrente da sua multiplicação em instituições, agências e empresas, que, crescentemente autônomas e sem coordenação, conflitam entre si e com o Estado. O empenho pela autonomia tecnológica é

limitado por mecanismos que não conseguem superar a política de industrialização rápida com capital estrangeiro, pela ausência de uma política efetiva de aquisição pelo governo, que efetua encomendas reduzidas ao setor privado e pela dificuldade de articulação entre a universidade e a empresa. Um dos maiores conflitos nesse campo é o da empresa estatal com o Estado – alcançada certa dimensão graças à autonomia de gestão e ao poder financeiro que acumulam, as estatais representam ao mesmo tempo vetor de desenvolvimento e modernização e vetor de fragmentação do Estado.

Novos Horizontes: Produção de Espaço Transnacional pelo Estado e Tendência à Gestão Privada do Espaço Nacional

A reflexão efetuada permite retomar as questões inicialmente colocadas e revela uma nova: a gestão privada do espaço, que inclui o próprio Estado como ator.

Sobre a Geopolítica: O Controle do Espaço-Tempo

A correspondência entre as questões gerais da Geopolítica e o projeto Geopolítico do Brasil demonstra que a Geopolítica é uma expressão e um instrumento das relações de poder atuantes na produção do complexo espaço global contemporâneo e que seu resgate é um instrumento que amplia a leitura e a compreensão desse processo.

Revela-se a relação histórica de poder – econômico, da guerra, político, ideológico – com o espaço, segundo um imperativo estratégico, como um princípio geral. Mas essa relação varia no espaço e no tempo. No espaço, em decorrência das especificidades da organização social em várias escalas; no caso dos Estados, desenvolvem eles geopolíticas nacionais que correspondem a vias específicas para a modernidade, como o Brasil que seguiu uma via autoritária em que cresceu o Estado, mas não a Nação, em que o país assumiu feições de país central, mas sem perder as de país periférico, como a URSS, que hoje caminha para a *Perestroika* etc.

A relação espaço-poder varia também no tempo, no sentido de alterações qualitativas nas fontes e relações de poder, que podem reverter a estrutura geral do poder, que atribuem novos significados ao espaço e geram novas estratégias para seu controle.

Contemporaneamente, o poder tecnológico moderno, calcado na velocidade acelerada, se firma associado a uma estratégia de controle não só do espaço, mas também do tempo, i.e., do espaço-tempo, que produz um espaço de fluxos. A logística parece estar na base do poder e da Geopolítica hegemônicos contemporâneos: a descoberta e a inovação permanentes, apoiadas na concepção e gestão, acionam a economia, antes do que a produção em si, e a guerra permanente, antes do que a batalha em si.

Por outro lado, esse movimento coexiste e se associa a uma afirmação do poder territorial, que não se reduz à do Estado-Nação, mas se refere a todas as escalas, arenas políticas que constituem a face vivida das contradições geradas e impõem limites ao poder hegemônico.

Sobre o Processo de “Privatização/Estatização” e a Natureza do Estado: Corporativização do Estado?

O Estado se mantém como forma histórica de organização da sociedade, mas assume nova forma e contexto, associados a novas estratégias espaço-temporais. Sabe-se pouco, contudo, sobre as imbricações do Estado com a grande empresa.

Em trabalhos anteriores, com base no Brasil, apontamos a crise do Estado e a tendência à sua fragmentação política e espacial, decorrente da autonomia de gestão das corporações multinacionais e dos movimentos sociais localizados, e colocamos a questão social daí derivada, na medida em que o Estado, nos países subdesenvolvidos, seria a única força organizada capaz de atender aos problemas sociais na escala nacional (Becker, 1983, 1984, 1987), ainda que a Igreja seja um ator fundamental nesse sentido.

Hoje, essa visão, a partir do Brasil, se amplia: sua fragmentação esta associada a um movimento de “privatização/estatização” que parece muito amplo e complexo, na medida em que inclui o próprio Estado como ator participante. É certo que as grandes empresas privadas com autonomia crescente assumem funções governamentais, tal como exposto em nosso conceito de gestão, configurando-se como verdadeiros Estados dentro do Estado. Mas, num sentido inverso, embora o Estado-Nação deixe de ser a unidade econômica da realidade histórica, o Estado recompõe sua intervenção como ator econômico internacional, competindo com o setor privado, segundo uma estratégia que concentra esforços no setor industrial, particularmente o bélico.

Algo de novo surge, então, numa complexa configuração: é o próprio Estado que se “privatiza”. As decisões e a execução das novas iniciativas derivam não do aparelho de Estado e da sociedade civil, mas de verdadeiras corporações formadas no seio do Estado, como é o caso da FA e das empresas estatais que assumem autonomia e lógica empresarial crescentes. Parece que uma nova racionalidade emerge da crise da irracionalidade do Estado, decorrente da multiplicação de suas empresas, instituições e órgãos: a escala e o ritmo de expansão de alguns desses segmentos atribuem-lhes tal grau de autonomia que, conflitantes com a Nação e com o Estado ao nível dos interesses gerais, se tornam expressão significativa, embora não exclusiva, do Estado contemporâneo e de sua atuação. E essa autonomia repousa em grande parte do domínio do P&D, elemento-chave na Geopolítica contemporânea.

Em outras palavras, a fragmentação do Estado torna-se a forma de sua reconstrução e de sua permanência. Ela não decorre mais apenas do poder das corporações transnacionais estrangeiras, mas sim das corporações nacionais, que atuam dentro e fora do país e que tendem a definir a atual forma do Estado, o Estado corporado. Novas estratégias espaciais são instrumento e condição de nova forma e contexto do Estado e da gestão “privada” dos espaços nacionais.

No caso do Brasil, exemplos da formação de corporações estatais que produzem espaços transnacionais são fundamentalmente as empresas estatais, tais como PETROBRAS, EMBRAER, CVRD, ELETROBRAS, pois que as FA apenas disputam um território nesse espaço transnacional. No plano nacional, a UDR é um dos mais expressivos exemplos de formação corporada no Brasil, pela primeira vez conclamando explicitamente a união

dos diversos segmentos do mundo “rural”. Em contrapartida, as contradições, inclusive ao nível espacial, assumem novo patamar.

Tensões entre novos atores econômicos e sociais com lógicas próprias, ao lado das práticas políticas convencionais, uma tendência atomizante com enclaves de articulação, configuram o complexo Estado contemporâneo.

A “Privatização” Correspondendo à Afirmação do Poder Territorial em Todas as Escalas

Provocando o acirramento da disputa pelo controle do espaço/tempo, a “privatização” acirra o jogo político entre os atores e, consequentemente, as estratégias para a conquista e/ou defesa de porções do espaço/tempo, i.e., de territórios.

Tal disputa ocorre em todas as escalas. No caso dos atores que dominam as escalas extraplanetárias, planetária e nacional, ela se manifesta em conflitos e alianças, para apropriação e gestão de novos territórios – inclusive o planeta Terra e o escudo celeste – pelas corporações transnacionais privadas e estatais apoiadas e pelo aparelho de Estado; a formação de territórios supranacionais, tais como os blocos econômicos Europa 1992; bloco norte-americano, constituído por EUA, Canadá e México; bloco COMECON; bloco do Sudeste Asiático, em formação sob a liderança do Japão, é um novo horizonte que se delinea. Nas escalas regional e local, os movimentos são de outra ordem; são movimentos de resistência, contrapoderes que reivindicam contraespaços/tempo. Uns são de base cultural, como é o caso do movimento pela “europeização da Europa”, que propõe a restauração de uma comunidade continental a partir de horizontes culturais comuns, i.e., dos símbolos, da consciência e da memória coletivos que constituem a história centro-europeia e que não se vinculam a uma base territorial nacional (STEGER, 1986). Outros reivindicam a defesa de seus territórios, seja para preservar o seu valor de uso, como no caso dos movimentos comunitários, seja para impedir a expropriação territorial e/ou conquistar a territorialidade, estes dois últimos mais conscientes.

O Exemplo da Amazônia

O caso de Carajás é revelador de novas tendências geopolíticas. Aí se distinguem a questão do território pela CVRD e a territorialidade dos garimpeiros na Serra Pelada (Becker, 1986 e 1988b).

A gestão da CVRD é um exemplo de tendência à “privatização” do Estado pela autonomia crescente de corporações estatais, empresas que têm duas faces, uma pública e outra privada, bem como pela ação de movimentos sociais. A autonomia da CVRD decorre, em grande parte, do domínio do vetor científico-tecnológico moderno, e seu caráter militarizado é patente. A criação do programa Grande Carajás – PGC, em 1980, como visto, expressou uma coincidência de interesses entre o Estado e a empresa estatal; a ambiguidade das relações empresa-estado se faz sentir, contudo, nas limitações impostas ao poder da CVRD e na criação de *joint-ventures* para exploração mineral, ao mesmo tempo em que lhe era destinada autonomia de gestão sobre todo o projeto Ferro Carajás (mina, ferrovia e porto), numa área de mais de dois milhões de hectares, base

de construção de seu espaço transnacional. A prática de apropriação do espaço e do controle do território de Carajás, analisada ao nível local (Becker, 1988b), é reveladora da autonomia da gestão exercida pela corporação estatal, bem como de seu caráter logística: a CVRD, com o apoio do governo autoritário, se apropriou rapidamente do espaço antes mesmo de uma legislação oficial e, no local, é o próprio Estado; o caráter técnico-científico da gestão se manifesta na racionalidade do planejamento articulado de diferentes setores, na rápida mobilização e articulação de meios em escala gigantesca, expressa em poderosa tecnologia espacial, que inclui os dispositivos de segurança e as técnicas de controle do acesso e vigilância do território de Carajás, transformando em verdadeira cidadela, com um cinturão de segurança ao seu redor.

O impacto da implantação do vetor científico-tecnológico moderno na fronteira, expresso no novo ritmo e escala de controle do espaço-tempo, exacerbou a territorialidade de todos os atores. Por um lado, os fazendeiros apropriam-se de grandes espaços, expulsam os posseiros de suas terras e definem territórios defendidos pela cerca de arame farpado e pelos pistoleiros. Por outro lado, os movimentos de resistência também buscam conquistar um território através de invasões sistemáticas e organizadas, ou defender o que já conquistaram, como é o caso da Serra pelada, onde uma cooperativa de garimpeiros – aliada aos comerciantes de ouro e mesmo à Polícia Federal – criou uma outra cidadela, enfrentando uma guerra social e tecnológica contra a CVRD: o direito da lavra manual pelos garimpeiros contra o direito da lavra mecanizada, pretendido pela corporação.

Entre os dois grupos de interesse, o Governo Federal oscila e vem cedendo aos garimpeiros, embora estes sofram frequentemente violentos massacres decorrentes de vários tipos de conflitos, inclusive os que ocorrem entre as diversas esferas de poder estatal.

A análise da gestão do território pela CVRD confirma o conceito de gestão proposto na Seção I, como prática estratégica científico-tecnológica do poder no espaço-tempo. Por sua vez, os garimpeiros confirmam o conceito de territorialidade como estratégia para influenciar ações através do controle do espaço-tempo – controle do acesso ao território, bloqueio da estrada de ferro, queima de instalações da CVRD, por exemplo – e revelam que essas estratégias e práticas têm também uma feição militar, embora sem os meios técnicos da corporação.

Se a territorialidade, mediante poderosa gestão, é essencial à reprodução ampliada da CVRD, que com o controle de Carajás se transnacionaliza, ela é também importante condição de poder para os garimpeiros, que, bloqueando o espaço e interrompendo a velocidade, são capazes de afetar a logística da CVRD e de pressionar o Estado.

O que se verifica em Carajás é Geopolítica pura, de base territorial. Geopolítica contemporânea em que se delineia a fragmentação do Estado e a gestão “privada” do espaço nacional por ações de poderosa corporação estatal e da territorialidade de grupos sociais, faces antagônicas de um só e mesmo processo.

Questões Finais

Tenderá o espaço de fluxos, calcado na velocidade acelerada e gerido pelas corporações e pelo Estado, a dissolver o espaço-tempo humano, o político e a territorialidade?

Como impedir esse processo? Como exercer o controle social e territorial das grandes corporações, sejam elas multinacionais estrangeiras ou nacionais?

Terá a territorialidade, como contrapoder e contraespaço, capacidade de resistência e de atuação a ponto de alterar a estrutura de poder no sentido de uma gestão democrática do Território Nacional, mundial e extraplanetário? Como estreitar os laços de solidariedade dos movimentos sociais locais de modo que tenham continuidade no tempo e possam atuar em eficácia em outras escalas?

A nova Geopolítica, na verdade, resultará da interação entre os dois processos, a reestruturação tecnológica e os novos movimentos sociais. No entanto, ela ensina que esses movimentos e os atores políticos só poderão reverter as tendências atuais se forem capazes de se situar no novo domínio histórico resultante da revolução tecnológica e da reorganização do capitalismo.

Referências Bibliográficas

BACKHEUSER, E. *A estrutura política do Brasil*. Rio de Janeiro: Mendonça e Machado, 1926.

BECKER, B. K. O uso político do Território – Questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. In: *Abordagens políticas da espacialidade*. Deptº de Geografia, UFRJ, 1983.

_____. A crise do Estado e a Religião: a estratégia da descentralização em questão. In: *Ordenação do território: uma questão política?* Deptº de Geografia, UFRJ, IBGE, RBG, ano 48, nº 1, p.43-62, jan./mar. 1986.

_____. A produção de espaço transnacional, uma nova estratégia do Estado na Amazônia. *Revista de Geografia*. Universidade Zaragossa. 1986.

_____. Fragmentação do espaço e formação de regiões – Um poder territorial? In: *Fronreira amazônica – Questões sobre a gestão do território*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986 (no prelo).

_____. Gestão do território e territorialidade na Amazônia: AC.V.R.D. e os garimpeiros na província mineral de Carajás. In: *Seminário Grands et Petits Espaces, Stratégies de Contrôle*. Université de Paris IV. Sorbonne. 1987.

_____. *Elementos para construção de um conceito sobre gestão do território*. Textos nº 01 – LAGET (Laboratório de Gestão do Território). Convênio UFRJ/IBGE. 1988a.

_____. Questões sobre tecnologia e gestão do território. In: *Tecnologia e gestão do território*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1988b.

BARTHOLO Jr., R. S. *O embrião territorial do Projeto Geopolítico da Modernidade no Brasil*. Projeto mimeo. 1987.

BRODENIL, J.; OSTROWESKY, S. Pour une réévaluation de La puissance sociale des dispositifs Spatiaux. *Espaces et sociétés*. Paris, 1979.

CARVALHO, C. D. *Introdução à Geografia Política*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1929.

CASTELLS, M. *Technological change, economic restructuring and the Spatial division of labour*. In: Seminar on International Division of Labour and Regional Problems. IGU/Unido/II R. Viena, 1985.

COUTO e SILVA, G. *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955.

_____. *A Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. J. Olympio, 1967.

_____. *Conjuntura política nacional, o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. J. Olympio, 1981.

DAGNINO, R. *O papel do Estado no desenvolvimento tecnológico e a competitividade das exportações do setor de armamentos brasileiros*. CPCT e CPO, CNPq. Brasília, 1983.

ERBER, F. S. *Política Científica e Tecnológica*. FINEP, mimeo, [s.d.], citado por Dagnino.

FOUCAULT, M. *A microfísica do poder*. [S.l.]: Ed. Graal, 1979.

HEPPLE, L. W. *Geopolitics, generals and the State in Brasil*. In: Colston Symposium on Geography and Politics. University of Bristol, 1986

KORINMAN, M. Avant-Prospos. In: Ratzel, *La Géographie Politique*. [S.l.]: Ed. Fayard, 1987.

LACOSTE, Y. *A Geografia serve antes de mais nada para fazer a Guerra*. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].

LEFEBVRE, H. *De L'État*. [S.l.]: Union Générale, 1976.

MATTOS, C. M. *Brasil: Geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: Ed. J. Olympio, 1975.

_____. *A Geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: Ed. J. Olympio, 1977.

_____. *Uma Geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Ed. J. Olympio, 1980.

RAFFESTIN, C. *Pour une Géographie du pouvoir*. Paris: Ed. Litec, 1980.

RATZEL, F. *La Géographie politique*. Les concepts fondamentaux. Paris: Ed. Fayard, 1987.

Becker, B. K.

SACK, R. D. *Human Territoriality: its Theory and History*. Cambridge: University Press, 1986.

SAES, D. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. [S.l.]: Ed. Paz e Terra, 1985.

STEGER, H. A. *Fronteras y horizontes*. Colf Internacional sobre la Problemática de Europa Central. Ratisbona, 1986.

STEPAN, A. The New Professionalism of Internal Warfare and Military Role Expansion. In: *Authoritarian Brazil*. Yale University Press. New Haven: Ed. Stepan, 1973.

TRAVASSOS, M. Projeção continental do Brasil. In: *Aspectos Geográficos Sul-Americanos*. E.M. do Exército. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1933.

VIRILIO, P. *Guerra pura*. [S.l.]: Ed. Brasiliense, 1984.

¹ Este trabalho é parte de um livro a ser publicado oportunamente.

² Os ciclos ou onda de Kondratieff, economista russo, referem-se a períodos de cinquenta anos que se sucedem na expansão do capitalismo a partir de 1780/90. Cada ciclo tem duas fases: a de crescimento (A) e a de crise (B), resultante esta de contradições inerentes ao sistema, mas já contendo os germes da inovação que marcará a nova fase de ascensão.

³ As fontes utilizadas para o levantamento desse processo são inúmeras, dentre as quais os estudos contidos em: *Administração em Ciência e Tecnologia*, coord. J. Marcovitch, FINEP, *Ciência e Tecnologia: Um desafio permanente*, coord. C. J. Lacerda, 1984, ADESG, FINEP; e *Programa Nacional de Estudos sobre Ciência e Tecnologia*, coord. A. R. Silveira, 1985, ADESG, FINEP.